

moralidade uma aparência de objectividade onde não existe mais do que o apelo a uma vontade subjectiva. Porque a moral se converte, na modernidade, *em algo disponível em geral*, MacIntyre utiliza como chave central da sua argumentação que a linguagem e a prática moral contemporâneas só se podem entender como fragmentos sobreviventes de um passado mais antigo.

A segunda linha de raciocínio já não se ocupa tanto do enraizamento das virtudes da vida boa, mas das suas consequências. Alguns liberais-perfeccionistas, como Galston (*Liberal purposes: goods, virtues and diversity in the liberal state*, Cambridge University Press 1991, pp. 72) também consideram que MacIntyre analisa correctamente os fundamentos de uma sociedade liberal: o bem é radicalmente heterogéneo; não existe nenhum princípio racional para fazer um ranking de todos os bens; bens genuínos conflituam uns com os outros. Só que Galston desilude-se com MacIntyre, por este propor a tradição como antídoto para o liberalismo individual, ao contrário de Berlin que parte precisamente destas constatações para fazer a defesa da sociedade liberal.

Isto leva-nos à recomendação ética de Aristóteles que MacIntyre assina por baixo. Tal como M. Sandel, outro filósofo ao qual é apenso o rótulo de comunitarista, a questão levantada por MacIntyre tem de ser separada das respostas que ele próprio dá. A questão é esta: podem os direitos ser, na realidade, completamente ignorantes de qualquer concepção sobre o bem? Sandel (*Liberalism and the limits of justice*, Cambridge University Press, 1998 [ed. orig. 1982], pp.184-5) responde afirmando que as nossas reflexões sobre a justiça e sobre os direitos não podem resultar sem referência às concepções sobre o bem que encontram expressão em muitas culturas e tradições, nas quais essas deliberações ocorrem.

Enfim, compreende-se a categórica e expressiva distinção de *reaccionário* com que Victoria Camps brinda MacIntyre no prefácio a esta edição. A linguagem de MacIntyre, com o apelo à tradição como processo histórico de sedimentação da moral ou com a necessidade de emparelhar o justo e o bom, provoca reacções alérgicas a quem pensa que tal linguagem implica, necessariamente, o enfraquecimento da liberdade individual. Curiosamente, para os pós-marxistas e críticos da globalização, já não há problema em limitar a liberdade, se tal significar impor limites ao

apetite mega-industrial do ocidente: tal significa poupar o ambiente e a dignidade humana em muitos cantos do planeta. Pois é precisamente essa junção da ideia do *bem* à ideia do justo que se cristaliza no pensamento do tão *reaccionário* MacIntyre.

Filipe Nunes Vicente

Instituto Superior Miguel Torga

William Easterly. 2001. *The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. 342 pp. ISBN: 0-262-05065-X.

William Easterly é um reputado economista, doutorado pelo MIT, que passou os últimos 16 anos como investigador do Banco Mundial. A sua vasta experiência profissional, complementada com uma sólida formação teórica, deu origem a um esplêndido e ambicioso livro sobre as causas da débacle do crescimento económico nos países menos desenvolvidos (PMD), desde o fim da II Guerra Mundial. Esta constatação é tanto mais inquietante quanto a ajuda económica e financeira não tem parado de aumentar e as suas formas específicas de se multiplicar.

Easterly bifurca os seus determinantes em dois ramos distintos: um primeiro, que consiste em teorias e remédios económicos, manifestamente baseados em pressupostos errados, cuja aplicação cega foi pouco menos que catastrófica; e, um segundo, que evidencia os aspectos idiossincráticos dos PMD, até recentemente ignorados ou negligenciados pelos principais economistas e decisores de política, e que são decisivos para compreender o fosso crescente entre países pobres e ricos. No entanto, o autor não se limita a uma inventariação do que ocorreu de pior, ele vai mais longe: entremendo uma análise lúcida e pertinente dos problemas com histórias verídicas dramáticas que presenciou, propõe novas medidas e correcções de rumo, que poderão colocar os PMD numa trajectória virtuosa de crescimento económico. Contudo, não deixa de reconhecer amiúde que os economistas têm ainda de percorrer um longo e árduo caminho de descoberta, para que finalmente as sociedades pauperizadas possam alcançar o Santo Graal da prosperidade económica.

O autor funda o fracasso das políticas económicas dos PMD numa raiz comum: a violação sistemática de um princípio elementar - 'As pessoas respondem a incentivos, tudo o resto é comentário.' (p. xii). Logo no primeiro capítulo, descreve com precisão crua os efeitos da miséria generalizada, para que não restem dúvidas no espírito do leitor no que este processo se tem materializado (pp. 8-9): 'Dois milhões de crianças morrem em cada ano de desidratação causada pela diarreia. Outros dois milhões de crianças morrem anualmente de (...) poliomielite, difteria, tétano e sarampo (...). Três milhões de crianças morrem anualmente de pneumonia bacteriana (...) curável com uma toma de cinco dias de antibióticos (...) que custam vinte cinco cêntimos.' Easterly estabelece, assim, o negrume da vida da maioria da população mundial, para de seguida adiantar que, apoiando-se em estudos empíricos, o crescimento económico reduz de facto a dimensão da pobreza e a taxa de mortalidade infantil.

Quais foram, então, as apregoadas panaceias do FMI, Banco Mundial e demais instituições para a aplacação da miséria e o fomento do desenvolvimento social e humano?

1. *A ajuda ao investimento.* Até finais da década de 90, os modelos de crescimento económico aplicados pelo Banco Mundial estavam pura e simplesmente desadequados porque partiam de uma hipótese desfasada da realidade, a saber: os factores de produção, capital e trabalho, combinam-se em proporções fixas, sendo que existe então uma proporcionalidade entre o crescimento do PIB e a fracção deste correspondente ao investimento líquido do período anterior — o output é proporcional ao stock de máquinas.

Ora, como o crescimento económico regista-se a longo prazo, tal pressuposto não é admissível, nem se verifica. Os modelos e quadros teóricos implementados, que assumem um rácio constante entre produto e capital (Harrod-Domar, Lewis/Oferta Ilimitada de Trabalho, Chenery/Duplo Hiato, Rostow/Etapas de Crescimento Económico, etc.), fracassaram. Actualmente, é também claro que não há nenhuma causalidade estatisticamente significativa entre mais máquinas e crescimento económico. Esta relação é 'reificada, na medida em que é observado um factor causal independente, quando se trata apenas de um rácio de duas variáveis fracamente correlacionadas. Mesmo que o crescimento tenha diminuído por razões alheias ao investimento (como (...)

os governos cleptocráticos em África), poderíamos tautologicamente afirmar que o crescimento diminuiu para uma taxa de investimento inalterada porque o ICOR' (Incremental Capital to Output Ratio) 'aumentou (...) Poderíamos igualmente afirmar que o preço das maçãs baixou porque o preço das laranjas se manteve constante e o preço relativo das maçãs face às laranjas diminuiu!' (pp. 41-42).

Todavia, o que choca o autor é que em 1956 e 1957, Robert Solow, Prémio Nobel da Economia, tinha já demonstrado que o investimento em capital não altera a taxa de crescimento do produto per capita de longo prazo, apenas modifica o nível do mesmo. Se admitirmos que capital e trabalho são variáveis, é natural que a acumulação de capital per capita, dada uma força de trabalho que cresce a taxa constante, não escapará aos rendimentos decrescentes. Assim, segundo Solow, é o progresso tecnológico, essa caixa negra, que justifica uma taxa de crescimento do produto per capita positiva e constante para os EUA, nos últimos 150 anos.

Com perplexidade, Easterly questiona-se como pôde subsistir até aos nossos dias um fundamentalismo sobre a importância do capital. Mas, se Solow fez ruir esta crença nefasta, a transposição literal da mecânica do seu modelo para os trópicos (idealizado para os EUA) — vide a noção de convergência absoluta — revelou-se desastrosa: 'As nações actualmente muito pobres encontram-se marginalmente acima do nível de subsistência do rendimento per capita. Subsistência significa que não estão a morrer à fome. Consequentemente, os países muito pobres de hoje tinham de possuir aproximadamente o mesmo rendimento de há um ou dois séculos atrás (...). Não poderia ter sido menor, porque tal obrigaria a um rendimento inferior ao de subsistência (...) o que é impossível, dado que não estariam vivos para contar a história. As nações muito ricas deveriam igualmente estar muito mais próximas do nível de subsistência há um ou dois séculos atrás, visto que temos estatísticas que nos provam que elas tiveram um crescimento substancial do rendimento per capita (...) Deste modo, o hiato entre os mais ricos e os mais pobres ampliou-se ao longo dos últimos (...) séculos.' (p.62).

Está também disseminada a convicção de que o progresso tecnológico, como factor principal do crescimento económico no longo prazo (aproximadamente explicando 2/3 da taxa de crescimento do produto per capita), é algo

de não relacionado com outros inputs – posição defendida a propósito da análise da crise do Sudeste Asiático em 1997-1998, por Paul Krugman e Alwyn Young. Todavia, como adiantam Robert Barro e Xavier Sala-i-Martin, as inovações tecnológicas aumentam a taxa de retorno do investimento em capital físico, fazendo com que o seu ritmo de acumulação cresça. Desta forma, o share do progresso tecnológico face ao crescimento do output per capita é em muito superior ao calculado por Young. Se este último tivesse “acertado”, a acumulação de capital deveria acarretar rendimentos decrescentes e, por consequência, a taxa de retorno do capital cairia: ‘Um estudo de 1997 concluiu que a taxa de retorno do capital em Singapura aumentou ao longo do tempo. Este estudo (...) determinou que o progresso tecnológico foi central para o elevado crescimento do output por trabalhador. Chegou a conclusões similares para os outros três membros do grupo dos quatro.’ (p. 68).

2. *A educação.* Embora Easterly não ignore que a educação e as qualificações dos recursos humanos de um país são determinantes para o seu desenvolvimento, contesta em absoluto que este remédio actue eficazmente contra o atraso dos PMD. Em primeiro lugar, lembra-nos que a permanência de quadros altamente qualificados em países cuja única actividade lucrativa consiste na obtenção de favores do Estado não é uma fórmula correcta: onde não existe tecnologia, não é possível rentabilizar estes recursos humanos. Em segundo lugar, socorre-se de estudos empíricos em número abundante, que evidenciam uma quasi-ausência de relação positiva entre crescimento da escolaridade e crescimento do PIB, indo a causalidade do crescimento do produto para a escolaridade e não ao contrário.

Em terceiro lugar, o autor revê criticamente o modelo de Solow com capital humano de Mankiw, com base na comparação entre os EUA e a Índia: os EUA têm um rendimento per capita catorze vezes superior ao da Índia. A mesma relação numérica existe entre a taxa de salário de trabalho não-qualificado dos EUA e a da Índia. É óbvio que neste último país o trabalho não-qualificado é abundante e o qualificado escasso. Assim, segundo Mankiw, a taxa de salário do trabalho qualificado na Índia deveria ser três vezes superior à da dos EUA. Este diferencial faria com que os trabalhadores qualificados emigrassem dos EUA para a Índia e os trabalhadores não-qualificados emigrassem da Índia para os EUA, onde

este recurso é relativamente mais escasso... Tal não acontece. O que se verifica é uma fuga de cérebros massiva dos PMD para os países da OCDE e, em particular, para os EUA. Por último, Easterly sublinha o facto de que a educação dá os seus frutos quando existem incentivos ao crescimento e não à redistribuição, ao roubo e à corrupção. A educação é um investimento no futuro, na expectativa de se vir a atingir um rendimento superior. Mas, se essa expectativa sai frequentemente frustrada, não passa de mais uma inútil panaceia.

3. *Outros pretensos elixires - preservativos, empréstimos e perdões de dívidas:* Não há qualquer dúvida quanto à relação negativa entre o produto per capita e a taxa de crescimento populacional. Por que é que então os PMD têm altas taxas de natalidade, apesar de uma distribuição em masse de preservativos? A resposta é que os indivíduos respondem a incentivos. Gary Becker afirma que à medida que os agregados familiares se tornam mais ricos, o valor que atribuem ao seu tempo aumenta. Assim, os pais nos países ricos preferem trabalhar mais a cuidar dos seus filhos, ou *mutatis mutandis*, os dos países mais pobres, como não obtêm incentivos tão fortes para trabalhar, dispõem de mais tempo para ter filhos e tomar conta deles.

Quanto à ajuda externa, sob a forma de empréstimos, Easterly é peremptório acerca da sua ineficácia: os empréstimos são indiscriminados - empresta-se para que os governos ajustem e mudem de política, mas a realidade é a oposta. Os países que mais ajuda receberam, têm taxas de câmbio artificialmente elevadas; exibem taxas de juro reais negativas; ostentam elevados défices orçamentais — a título de exemplo, a Costa do Marfim recebeu 18 empréstimos de ajustamento entre 1980 e 1994, tendo mantido um défice orçamental de 14 por cento do PIB entre 1989 e 1993. A sua despesa pública não foi canalizada para o investimento, manutenção das vias de transporte e telecomunicações, mas sim para despesas sumptuárias; e vendem ao desbarato os recursos que possuem.

Observando os dados, verificamos que não se premeia os governos menos corruptos: Congo/Zaire, Libéria, Haiti, Paraguai, Bangladesh, Guiana e Indonésia foram os recipientes de 46 por cento de todos os empréstimos do Banco Mundial e do FMI nos anos 80 e início dos anos 90! Causas que explicam este comportamento perverso: 1) Comiseração, porque são pobres, temos de os ajudar. Assim,

quanto mais pobre um país fica, mais corrupta é a acção do seu governo, para que mais ajuda lhe venha a ser proporcionada. Este altruísmo torna inverosímil a ameaça de não concessão de novos empréstimos. 2) As instituições e os departamentos que canalizam e aprovam os apoios financeiros têm um interesse egoísta em conceder o maior volume possível de fundos: quanto mais elevado este for, maior é o orçamento para o pessoal e maior vem o prestígio dos técnicos. 3) O círculo da ironia: empresta-se para que os países pobres altamente endividados (PPAE) possam implementar políticas macroeconómicas de reajustamento. Os PPAE cumprem temporariamente essas directivas, para logo delas divergirem, e assim voltarem a ser objecto de concessão de novos empréstimos. 4) Vergonha: é difícil reconhecer que nos enganámos, logo outorgamos novos e maiores empréstimos. A solução para o autor é penosa mas simples: mais empréstimos para quem menos corrupto for, para quem aumenta a taxa de crescimento económico e promove políticas macroeconómicas correctas.

Finalmente, o perdão de dívidas. Easterly recorda que não se tem feito outra coisa ao longo dos últimas duas décadas, com resultados nulos: entre 1977-1979, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) decidiu perdoar 6 biliões de dólares a 45 países pobres, resoluções similares foram consagradas nos 'Termos de Toronto' (1988), 'Termos de Trinidad' (1990) e 'Termos de Nápoles' (1994). O autor volta a frisar o facto de que quanto mais corrupto é um país, mais pobre fica, de mais empréstimos e perdões de dívida é beneficiário: o montante de novos empréstimos não-concessionais (com taxas de juro inferiores, períodos de carência de capital alargados e prazos de maturidade superiores face aos de mercado) foi o mais elevado nos países que obtiveram os maiores perdões de dívidas! Easterly remata: 'Aqueles que nos dizem para perdoar as dívidas estão do lado dos anjos, ou pelo menos ao lado de Bono, Sachs, do Dalai Lama e do papa. O nosso coração diz-nos para perdoar as dívidas para ajudar os pobres (...). Lamentavelmente, a cabeça contradiz o coração (...) Se existe alguma expectativa de que os doadores continuarão a favorecer no futuro os governos irresponsáveis, então o alívio da dívida distorcerá as respostas dos povos (governos) a incentivos (...) O perdão das dívidas será então mais um elixir decepcionante na busca do crescimento.' (p.136 e 137)

Na segunda parte do livro, Easterly descreve algumas ideias que podem resultar em crescimento económico. O investimento em conhecimento não permanece com o investidor original. O conhecimento difunde-se. Esta noção é sublinhada e desenvolvida no modelo com Learning by Doing e Efeitos de Difusão de Paul Romer. A ideia de aprendizagem com a experiência, inicialmente desenvolvida por Kenneth Arrow, diz-nos que uma actividade produtiva específica levanta problemas que, uma vez resolvidos, fazem subir a produtividade da indústria. A difusão deste conhecimento aumenta a produtividade da economia, pois esta passa a beneficiar, sem custos adicionais de monta, de novas tecnologias ou de mais eficientes processos produtivos. Deste modo, pode explicar-se a anulação dos rendimentos decrescentes e o facto da taxa de crescimento da produtividade permanecer estável e positiva no longo prazo.

Os novos conhecimentos são complementares aos existentes. 'Uma ideia vale tanto mais para uma sociedade, quanto mais conhecimento ela já possui.' (p.150). Arrow e Romer mostram-nos que a produtividade de novas ideias pode estar positivamente associada ao stock de ideias disponível, funcionando este como um índice de experiência acumulada ou como os 'ombros de gigantes' em que nos sustentamos, parafraseando Isaac Newton. Easterly conclui, tal como Charles I. Jones e Paul Romer, que: 'Esta história sobre difusão de conhecimentos deixa também claro que o mercado entregue a si próprio não gerará necessariamente crescimento. As políticas de laissez-faire (...) deixarão a economia (...) num círculo vicioso. Entrar num círculo virtuoso pode exigir uma intervenção estatal conscienciosa, com vista à criação de conhecimento.' (p.155)

As economias de aglomeração: locais que previamente dispõem de uma relativa abundância de trabalho altamente qualificado, tendem a atrair o mesmo género de recurso (tese de Kaldor-Myrdal-Krugman). Onde existe trabalho menos qualificado, a probabilidade de um qualquer trabalhador cometer um erro é maior. A fortiori, o processo produtivo tende nos PMD a centrar-se mais na extracção de matérias-primas a baixo custo e de reduzido valor acrescentado, do que em produtos que foram anteriormente sujeitos a transformações onerosas. Tal explica melhor os padrões de troca internacionais, do que a noção estática das vantagens comparadas. Esclarece igualmente a persistência das diferenças de rendi-

mento per capita entre os países: 'indivíduos em países pobres têm fracos incentivos, enquanto os dos países ricos têm fortes incentivos.' (p.162) A nível global, percebe-se a mesma regularidade geográfica das armadilhas de pobreza: '54 por cento do PIB mundial é produzido em 10 por cento do território.' (p.165) Mesmo em países desenvolvidos, a concentração da actividade é um facto incontroverso: 'Nos EUA, por exemplo, 2 por cento do território produz 50 por cento do PIB.' (p.165)

A dinâmica da destruição criadora: o crescimento económico ocorre quando os seus agentes são estimulados à adopção de novas tecnologias. Estas inovações estão permanentemente a revolucionar a estrutura e o modo de organização industriais. Contudo, como defendem Aghion e Howitt, uma economia de mercado, dado o imperfeito sistema de patentes (não apropriabilidade) e o rápido ritmo de obsolescência técnica, tenderá a apresentar uma taxa de progresso tecnológico demasiado baixa. É pois necessária a intervenção do Estado. Jones demonstra que a economia descentralizada subinveste em I&D relativamente ao óptimo social, pelo que o Estado deve fomentar este tipo de externalidades positivas. As novas vagas tecnológicas abrem alas à possibilidade (não automática) de alguns PMD "saltarem" etapas, avançando directamente para a aplicação de tecnologias de ponta — Internet, telefones celulares, indústria espacial, etc. Um contributo importante para este fenómeno é dado pelo Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Mas, o conceito de complementaridade tecnológica é ainda decisivo: as invenções ocorrerão se e onde puderem contar com as existentes.

Temos, assim, três vias para o crescimento: a difusão do conhecimento, a promoção da concentração de actividades e recursos produtivos (clusters) e a célere absorção de novas tecnologias. Não obstante, Easterly alertamos para a manifesta vulnerabilidade dos PMD. As economias destes países são muito sensíveis a choques exógenos: guerras, desastres naturais, doenças endémicas e epidémicas, termos de troca adversos e ciclos económicos dos países ricos. Além do mais, os economistas e políticos recusam-se a admitir que ainda desconhecem muito e controlam pouco o crescimento. Esquecem-se de que não se pode tomar o passado como uma tendência para o futuro. Ignoram o princípio de reversão da média nas suas análises e conclusões.

Por tudo isto, as armadilhas de pobreza

grassam nos PMD, minando frequentemente os nossos melhores esforços. Apesar destes escolhos, Easterly não menospreza a acção governativa: os governos podem matar o crescimento. As taxas de hiper-inflação, geradas pela irresponsabilidade orçamental e monetária, reduzem drasticamente a liquidez numa economia, dificultando as transacções económicas; as taxas de câmbio ao certo artificialmente altas, impõem elevados prémios no mercado negro e um imposto punitivo sobre os exportadores; os défices orçamentais descontrolados taxam o crescimento, porque oneram o futuro; as taxas de juro reais negativas liquidam o sistema bancário, eliminando o investimento produtivo; as restrições ao comércio livre distorcem os preços e, sobretudo, a afectação óptima de recursos; o laxismo na provisão de bens públicos, como a educação, estradas, energia, saneamento básico, etc. impossibilita o desenvolvimento humano; a burocracia pesada entorpece a capacidade entrepreneurial; o gigantismo da corrupção actua como uma taxa de imposto sobre a actividade privada; as diferenças étnicas radicalizadas geram facções que disputam sem tréguas os despojos de uma sociedade, sem olhar à sua prudente conservação - 'tragédia dos comuns'. Segundo Easterly, sem um banco central independente, instituições sólidas e credíveis e um consenso de classe média, o crescimento económico não passará de uma miragem para países como o Egipto, México, Paquistão, Bolívia, Sudão, Angola, Indonésia, Nigéria, Uganda, Zaire e tantos outros.

O quadro sombrio traçado por este economista faz jus ao epíteto *dismal science* (ciência triste) atribuído à Economia. Mas, Easterly, inconformado, termina com uma nota de esperança: 'Possas a busca do crescimento ao longo dos próximos cinquenta anos alcançar mais do que os cinquenta anteriores e possam muitos dos países pobres tornar-se finalmente ricos.' (p.291).

Henrique Amaral Dias
Instituto Superior Miguel Torga